

GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: ANÁLISE DO RISCO DE INUNDAÇÃO POR ENCHENTE A PARTIR DO CASO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DA UFSM

Risk management in archives: analysis of flood risk based on the case of the General Archive Department of UFSM

Bianca Daniele Fagundes Rodrigues¹ 

Dhion Carlos Hedlund² 

RESUMO

As enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024, afetaram inúmeras instituições, entre elas o Departamento de Arquivo Geral (DAG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este artigo apresenta uma reflexão sobre a classificação do risco de inundações em arquivos, a partir do caso do DAG, considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos e as medidas adotadas pelo setor após o incidente de 2024. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com uso do recurso metodológico de pesquisa documental e bibliográfica. Foram examinadas reportagens jornalísticas e informações divulgadas na página institucional do DAG e da UFSM. Além disso, foram consideradas publicações institucionais relacionadas ao gerenciamento de riscos, orientações técnicas e normativas. A região sul do Brasil, onde se localiza o estado do Rio Grande do Sul passa por transformações devido às mudanças climáticas globais. O aumento de chuvas intensas provoca enchentes, que afetam os acervos documentais por meio de inundações. Entre os resultados, ressalta-se a orientação para que as instituições repensem a classificação do risco de inundação, e elaborem Planos de Gerenciamento de Riscos específicos para cada realidade institucional.

¹Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialização em Arquivos Permanentes pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestranda em Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

²Possui graduação em Arquivologia (UFSM), Especialização em Docência na Educação Superior (UNINTER), Mestrado em Patrimônio Cultural (UFSM) e Doutorado em História (UPF). Atualmente é professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).



PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de Risco em Arquivos; Inundação; Arquivos Permanentes; Departamento de Arquivo Geral; Arquivologia.

ABSTRACT

The floods that occurred in the state of Rio Grande do Sul in April 2024 affected numerous institutions, including the General Archives Department (DAG) of the Federal University of Santa Maria (UFSM). This article reflects on the classification of flood risk in archival institutions, based on the case of the DAG, in light of the intensification of extreme weather events and the measures adopted by the sector following the 2024 incident. The research adopts a qualitative approach, employing documentary and bibliographic methods. Newspaper reports and information published on the institutional websites of the DAG and UFSM were analyzed, along with institutional publications related to risk management, technical guidelines, and regulatory frameworks. The southern region of Brazil, where the state of Rio Grande do Sul is located, has been undergoing significant transformations as a result of global climate change. The increase in heavy rainfall has led to flooding events that directly affect documentary collections. The findings highlight the need for institutions to reconsider flood risk classification and to develop specific Risk Management Plans tailored to their institutional contexts.

KEYWORDS: Risk Management Plans in Archives; Flooding; Historical Archives; General Archive Department; Archival Science.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), situada na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, foi criada em 1960, sendo a primeira universidade federal construída fora de uma das capitais estaduais do Brasil. Dentro desses 65 anos de trajetória, a instituição obteve um crescimento considerável, inclusive com a expansão de demais campi fora do município de fundação (UFSM, 2025c).

A UFSM conta com um órgão interno voltado a coordenar seu sistema de arquivos, denominado Departamento de Arquivo Geral (DAG), vinculado à Pró-Reitora de Administração. No dia 30 de abril de 2024 o DAG sofreu uma inundação em suas dependências, localizadas no térreo e no subsolo do prédio da Reitoria. Neste local estava armazenada grande parte do acervo documental permanente e intermediário da instituição.

A inundação se deu em decorrência de chuvas intensas nos últimos dias do mês de abril de 2024. O incidente climático obteve uma grande repercussão na mídia, devido às inúmeras



destruições ocasionadas, tendo o Estado do Rio Grande do Sul (RS) declarado situação de calamidade pública por meio do Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024.

A motivação para construção da pesquisa que originou este artigo se deu pelas inquietações sobre a área de Gerenciamento de Riscos aplicado em Arquivos, principalmente nos eventos relacionados a desastres naturais, como no caso do DAG, em que se concretizou o risco de inundação proveniente de enchentes.

Outro fator que contribuiu para a reflexão neste artigo decorre da proximidade de um dos autores com o assunto, por meio do vínculo de participante no projeto de pesquisa desenvolvido pelo DAG “Desafios e estratégias na recuperação de documentos arquivísticos danificados pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul”, como estudante de mestrado. Diante desse contexto, optou-se por desenvolver este tema no âmbito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Arquivos Permanentes, oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A pesquisa foi motivada especificamente pela seguinte pergunta-problema: diante da intensificação dos eventos climáticos extremos, como repensar a orientação de risco de inundações em arquivos institucionais?

Com base nessa questão, o objetivo principal do estudo foi refletir sobre a classificação do risco de inundações em arquivos institucionais a partir do caso do DAG da UFSM, considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos e as medidas adotadas pelo DAG após o incidente de 2024.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho foi estruturado em três etapas principais: a) apresentar o contexto da inundação ocorrida nas dependências do DAG em abril de 2024; b) identificar as diretrizes sobre gerenciamento de risco desenvolvidas pela UFSM e pelo DAG antes da inundação; c) Investigar as orientações presentes na literatura e em documentos normativos sobre as ações preventivas e de resposta ao risco de inundação proveniente de enchente em arquivos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, definida por Appolinario (2011 apud Lozada; Nunes, 2018, p. 133) como sendo “[...] altamente conceitual. Seus dados são coletados diretamente no contexto natural e nas interações sociais que ocorrem. Além disso, eles são



analisados diretamente pelo pesquisador”. Considerando que o estudo busca identificar e descrever o cenário de riscos associados ao arquivo, a ênfase recai sobre a análise descritiva dos elementos envolvidos, o que reforça seu caráter qualitativo.

De início, procedeu-se à contextualização sobre o caso de inundação ocorrido nas dependências do DAG no ano de 2024. Como recurso foi utilizada a pesquisa documental, com foco nas reportagens jornalísticas veiculadas sobre o caso e nas informações divulgadas pelo próprio DAG em sua página institucional. Severino (2017, p. 131) afirma que dentro da pesquisa documental “[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo [...], mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Para a identificação das diretrizes da UFSM e do DAG sobre gerenciamento de risco, publicadas antes da inundação, foram encontrados três documentos institucionais que tratam da temática: a Resolução nº 034/2020, que aprova a Política de Gestão de Riscos da UFSM; o Guia de Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos da UFSM, publicado em 2022; e o Plano de Gestão de Documentos e Arquivos (PGDoc) do DAG da UFSM, publicado em 2023.

Para a investigação das orientações existentes na literatura, bem como dos documentos sobre as ações preventivas e de resposta ao risco, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), com foco em publicações da área da Ciência da Informação, serviu como primeira base para a busca. O termo usado para busca foi “Gerenciamento de riscos”, com o filtro de busca entre 2010 e 2025.

Os resultados gerados somaram um total de 38 publicações, dos quais foram lidos seus resumos para filtrar aqueles que mais se aproximavam da temática principal abordada neste artigo, que é o risco de inundação por enchentes. Após a leitura dos resumos, verificou-se que nenhum abordava especificamente o risco de inundação por enchente em arquivos, tendo todos uma abordagem geral da gestão de riscos, em bibliotecas, arquivos e museus, incluindo alguns estudos de caso. Dessa forma, partiu-se para a pesquisa em outra base de dados, o Google Scholar. O termo utilizado foi “Gerenciamento de risco em arquivos”. O resultado da pesquisa, com o filtro de 2010 a 2025, resultou em torno de 15.700 publicações, das quais foram selecionadas sete a partir de seus títulos.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a realização da pesquisa. De início, foi analisado o caso de inundação no DAG da UFSM, para assim apresentarmos o contexto em que se deu o ocorrido. Em seguida, apresenta-se a identificação de diretrizes sobre gerenciamento de risco desenvolvidas tanto pela UFSM como pelo DAG antes do caso de inundação. Por fim, na última parte, discute-se a classificação e as ações de prevenção e resposta ao risco de inundação nos arquivos considerando o novo cenário de mudanças climáticas.

3.1 O caso de inundação no Departamento de Arquivo Geral da UFSM

O DAG da UFSM é o setor responsável pela gestão do Sistema de Arquivos da instituição. Sua origem remonta à criação da Divisão de Arquivo Geral, estabelecida pela Resolução n. 0006 de 1990. Conforme disposto na página web institucional do DAG, o setor passou a ser denominado “Departamento de Arquivo Geral” a partir da Resolução n. 016/2006, de 26 de dezembro de 2006 (UFSM, 2025a).

A estrutura do DAG é dividida em seis componentes: Direção; Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; Divisão de Protocolo; Divisão de Apoio Técnico aos Arquivos Setoriais; Divisão de Arquivo Permanente e o Laboratório de Reprografia (UFSM, 2025b). Dessa forma, o setor é responsável pela documentação física e digital da UFSM.

A localização do setor fica no andar térreo do prédio da Reitoria da UFSM, destinado às suas tarefas administrativas. Antes da inundação de abril de 2024, também era ocupada parte do subsolo, destinada ao armazenamento dos documentos de valor permanente e uma parcela com valor intermediário. O armazenamento de acervos documentais em níveis abaixo do solo não é recomendado, devendo-se “evitar armazenar, expor ou consultar itens do acervo ou outros elementos patrimoniais da instituição próximos a fontes de água [...] no subsolo ou outras áreas mais vulneráveis a inundações, etc.” (Spinelli; Pedersoli, 2011, p. 59).

A justificativa para os documentos permanentes da UFSM estarem no subsolo foi esclarecida pela diretora do DAG, Débora Flores, em entrevista ao Jornal Diário de Santa Maria em 2024, após a inundação. Segundo a diretora, o armazenamento naquele local se deu pelo “[...] grande peso da



estrutura do acervo”, uma vez que o prédio da Reitoria não foi construído e estruturado para comportar o peso de acervos documentais, caso fossem armazenados nos andares superiores (Souza, 2024b).

Os documentos que sofreram com a inundação no subsolo estão sendo recuperados gradativamente. O fato de os documentos estarem armazenados em um nível abaixo da terra, como no caso do DAG, pode ser compreendido como um fator de risco para o acervo da universidade.

Nos últimos dias de abril de 2024, Santa Maria foi considerada a cidade com o maior índice de volume de chuva do estado, com um total registrado de 436,2 milímetros de chuva (Chagas, 2024). Esta grande quantidade de água afetou diversas instituições no estado gaúcho, dentre elas o DAG da UFSM, causando uma inundação na área onde estava localizada a maior parte do acervo intermediário e permanente da UFSM, no dia 30 de abril de 2024. A existência de um lago próximo ao prédio da Reitoria pode ter contribuído para a piora da situação. Com o grande volume de água da chuva o lago acabou transbordando, além de que a existência de uma rampa que dá acesso ao subsolo facilitou a entrada da água (Brignol, 2025).

Conforme noticiado pelo Jornal Diário de Santa Maria, “[...] o acervo ficou inundado por cerca de nove horas. Para interromper o fluxo de água, foram utilizados bombas e caminhões de sucção” (Souza, 2024a). Após a rápida atuação dos servidores, foram iniciados os procedimentos para a recuperação do acervo físico da universidade. De acordo com o Brignol (2025), a partir da retirada da água, iniciaram-se os procedimentos para a recuperação do acervo danificado, formado por 12 mil caixas-arquivo. De início, o Arquivo Nacional, órgão responsável por implementar as Políticas Arquivísticas brasileiras, e ainda, pela documentação pública produzida pelo Poder Executivo Federal, auxiliou o DAG na recuperação dos documentos. Este contato imediato apoiou a escolha das ações mais adequadas para aquele momento (Brignol, 2025).

Desse modo, criou-se uma operação para a recuperação dos documentos, denominada “Operação Recupera Acervo UFSM”, que contou com a ajuda de professores, técnico-administrativos, militares, alunos e voluntários (Brignol, 2025). A arquivista Débora Flores explicou, ainda, na entrevista concedida ao jornal Diário de Santa Maria que “[...] no primeiro momento, todo material foi retirado do prédio e optamos pela técnica do congelamento. Os documentos ficam todos ensacados e congelados dentro de contêineres frigoríficos, em uma temperatura de 20 graus negativos” (Bartz, 2024).



O uso da técnica é justificado, pois a partir do congelamento a proliferação de agentes biológicos, principalmente de microrganismos, é estabilizada. Spinelli e Pedersoli (2011, p. 72) afirmam que entre as recomendações para evitar os agentes de deterioração formados por microrganismos deve-se “[...] exterminar as pragas dos itens afetados, o que pode ser feito mecanicamente, por congelamento [...]”.

Com o incidente de inundação no DAG, o local que anteriormente armazenava os documentos permanentes da instituição não é mais utilizado. Portanto, houve a necessidade de criação de um espaço temporário para o tratamento da documentação inundada. Atualmente, este local é denominado “TRANSDOC/UFSM – Espaço transdisciplinar de pesquisas e práticas em restauração, digitalização, preservação e difusão do patrimônio documental da Universidade Federal de Santa Maria”, localizado no prédio Multiuso no Campus de Camobi da UFSM. A partir da criação do TRANSDOC, o DAG desenvolveu o projeto institucional “Preservação do Patrimônio Documental: Estratégias para Recuperação do Acervo Arquivístico da UFSM atingido por inundação” e o projeto de pesquisa “Desafios e Estratégias na Recuperação de Documentos Arquivísticos Danificados Pelas Enchentes Ocorridas no RS”.

Em conformidade com o exposto por Brignol (2025), o projeto de pesquisa busca a construção de novos métodos e padrões para recuperação de documentos atingidos por inundações. Além disso, o projeto colabora com outros órgãos que também tiveram seus acervos atingidos pelas enchentes, como a Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA); O Banco Central; a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM); Ministério da Saúde (MS); o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e a UFSM.

Em relação ao armazenamento do acervo da UFSM após o tratamento no TRANSDOC, os documentos estão sendo levados para o prédio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e para um pavilhão ocupado pelo DAG no Parque Tecnológico da UFSM. Há uma busca por financiamentos, já que o DAG também pretende ampliar seu espaço físico.

A arquivista do DAG, Daiane Regina Segabinazzi Pradebon, declara que “[...] para a estrutura física, a gente vai tentar outros órgãos de fomento. Para conseguir um prédio, um local específico,



não só para trabalhar nesse laboratório, mas também para estruturar o nosso acervo que agora não vai mais voltar para o mesmo lugar [...]” (Brignol, 2025).

Dessa forma, o trabalho prático e de pesquisa realizado pelo DAG se constitui em um ambiente de construção do conhecimento relacionado ao tratamento de documentos atingidos por inundações. Diante da crescente frequência de eventos climáticos extremos, as instituições arquivísticas têm direcionado seus esforços para a prevenção, mitigação e recuperação de acervos em futuras situações de desastre.

3.2 As políticas institucionais da UFSM

O DAG possui a finalidade de coordenar o sistema de arquivos e o desenvolvimento das políticas de gestão arquivística da UFSM. Dentre suas responsabilidades, é possível citar algumas, como: constituir e preservar o patrimônio documental da UFSM; promover a difusão e o acesso às informações custodiadas pela Divisão de Arquivo Permanente; e ainda, elaborar diretrizes, normas, manuais e métodos de trabalho relativos às atividades do Departamento (UFSM, 2025b). Esta última atividade contempla, por exemplo, a possibilidade de elaborar um Plano de Gerenciamento de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos da UFSM foi aprovada em 2020, pela Resolução nº 034/2020. Neste documento, se considera que os ‘riscos’ são “eventos que podem comprometer o alcance da missão e dos objetivos institucionais [...]”. A mesma política considera ‘gerenciamento de riscos’ como um “processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização” (UFSM, 2020, p. 4). Gerenciar os riscos com efeitos negativos está diretamente relacionado aos impactos que podem apresentar na concretização dos objetivos da universidade.

Considerando que o gerenciamento de riscos está atrelado aos objetivos da instituição, devemos destacar que este processo deve ser particular a cada organização. O que corrobora a afirmação de Spinelli e Pedersoli (2011, p. 34) de que a identificação de quais ocorrências são prováveis dentro de uma instituição depende da sua realidade singular. Essa ideia se torna evidente ao reconhecermos que as organizações possuem objetivos próprios, conforme as atividades que



desempenham, logo, os cenários que podem alterar a concretização de seus objetivos também são particulares.

Sendo assim, as instituições devem proceder à formalização de atos normativos próprios sobre diretrizes para o gerenciamento de riscos. Entretanto, é necessário que todo o processo de gerenciamento de riscos ocorra também nos setores da universidade, pois uma universidade é uma instituição imensa, com diversos riscos associados.

A UFSM reforça essa diretriz ao deixar explícita a responsabilidade de cada agente público na redução de eventos que possam impactar seus objetivos. A Política de Gestão de Riscos da UFSM define em seu Art. 8º que

Cabe a cada agente público, gestor ou responsável por unidade administrativa o estabelecimento de controles internos mais adequados para mitigar a probabilidade de ocorrência dos riscos, ou seu impacto sobre os objetivos organizacionais. (UFSM, 2020, p. 6).

Pela citação anterior, observa-se que a UFSM recomenda aos setores internos a análise da probabilidade de ocorrência e do impacto dos riscos. Assim, é importante que as unidades internas da UFSM desenvolvam seus próprios processos de gerenciamento de riscos, com identificação dos riscos específicos ao seu ambiente de atuação.

As probabilidades de ocorrerem os eventos identificados são incertas, mas se concretizadas, podem impactar diretamente as unidades internas da UFSM, como foi o caso da inundação do DAG. Esse episódio ressalta a relevância do gerenciamento de riscos em unidades internas da instituição, sobretudo em setores responsáveis pela gestão da informação arquivística, que constitui a base do conhecimento institucional e da memória organizacional.

Além da Política de Gestão de Riscos, a UFSM publicou, em 2022, o “Guia de Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos”, que consiste em metodologia para apoiar os setores da instituição no processo de gerenciamento de riscos. Com este documento, a universidade consegue fornecer um aporte prático para guiar seus agentes públicos no desenvolvimento de todas as etapas do gerenciamento de riscos. Assim, torna-se possível ampliar o processo de identificação e análise de riscos de toda instituição.

O DAG, por sua vez, publicou em julho de 2023 o “Plano de Gestão de Documentos e Arquivos”, com vigência de 2023 a 2025. Destaca-se que no mês de setembro de 2023, dois meses



após a publicação do PGDoc, municípios do RS sofreram com intensas chuvas. O fato já demonstrava uma nova perspectiva sobre as mudanças climáticas.

No documento são apresentadas as definições do setor em relação às suas “[...] estratégias, objetivos e ações que visam a adequada produção, classificação, tramitação, difusão, avaliação, arquivamento, preservação, o acesso e o uso contínuo dos documentos institucionais [...]” (UFSM, 2023, p. 04). O setor incluiu ainda na publicação um levantamento de riscos que poderiam gerar um impacto negativo no andamento de suas atividades.

Este estudo dos riscos consta na subseção “5 - Plano de Avaliação e Gestão de Riscos” que trata da identificação, classificação e indicações de ações de resposta aos eventos identificados. Dentre os eventos listados, há o evento “Catástrofes naturais/humanas”, classificado como de “baixa” probabilidade de ocorrência e “muito alto” impacto, resultando na criticidade “média”. Para este item, o DAG indica a abordagem de “mitigar” o risco. Além desta classificação são apresentadas três indicações de ações de prevenção e resposta a esse risco: implementar planos de manutenção preventiva da infraestrutura física dos locais de armazenamento de acervo; buscar investimentos em soluções de preservação do acervo digital; elaborar planos de contingência para catástrofes no acervo.

A classificação estabelecida pelo DAG para o risco de catástrofes naturais e humanas evidenciou uma baixa previsibilidade de eventos catastróficos. No entanto, o novo cenário de mudanças climáticas globais, que afeta não apenas o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul, mas o planeta de forma geral, tem causado um aumento na intensidade e frequência de chuvas. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível repensar as discussões sobre as ações para prevenção, mitigação e de resposta ao risco de inundação nos arquivos.

3.3 Classificação, ações de prevenção e resposta aos riscos de inundações em arquivos

A inundação no acervo documental da UFSM não pode ser considerada um fato isolado, já que diversas instituições também tiveram seus acervos danificados, o que se evidencia pela grande quantidade de instituições participando dos projetos com o DAG para a recuperação de documentos arquivísticos. As mudanças climáticas são uma preocupação cada vez mais atual, caracterizando-se como um novo ponto de reflexão a ser considerado pelos arquivistas.



Essas modificações do clima decorrem do aumento da temperatura global causado pelas emissões de carbono. A Conferência das Partes (*Conference of the Parties - COP*) é um evento anual internacional para a discussão da mudança do clima, que terá sua 30ª edição no Brasil em 2025. Em matéria no portal da COP30 sobre as enchentes no RS, o pesquisador Francisco Aquino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) explica que o aumento da temperatura torna os oceanos mais aquecidos, com isso existe uma alteração nos padrões de circulação do ar, ocasionando em condições que favorecem eventos extremos. Na matéria é defendido que “o estado foi submetido a um fenômeno chamado “rios voadores”, que são decorrentes de ar carregadas de umidade que vem da Amazônia e despejam chuva concentrada em determinadas regiões” (Molina, 2025).

Neste contexto, essas mudanças somam-se a uma nova perspectiva em que casos de inundações podem ser mais frequentes na região Sul do Brasil. A Agência Nacional de Águas (ANA), ao tratar sobre as enchentes do RS, afirma que “eventos dessa magnitude, antes considerados excepcionais, precisam ser incorporados à gestão de risco, reconhecendo a intensificação das chuvas e vazões extremas na região Sul do Brasil como impactos da mudança do clima” (ANA, 2025, p.15).

O caso de inundação inclui-se nos eventos de risco de catástrofes naturais/humanas identificados pelo DAG. A consideração pelo DAG do risco de enchente como de “baixa” probabilidade de ocorrência possivelmente foi atribuída naquele momento por não haver histórico de inundações em nível acentuado. A partir desse novo momento é preciso repensar as avaliações para este tipo de risco, pois o aumento de chuvas intensas se tornou uma realidade presente diante do cenário climático atual.

Cabe ressaltar que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou em 2000 as “Recomendações para a construção de arquivos”. As orientações se destinam tanto a construções de prédios voltados aos arquivos, bem como a adaptações e reformas de edifícios já existentes. Conforme este documento, não é recomendado manter documentos intermediários de longo prazo de guarda e permanentes em níveis abaixo do solo, pois isso pode levar à mais prejuízos quando da ocorrência de inundações provocadas por enchentes. Além de inundação, o CONARQ alerta que

a construção subterrânea não é recomendada, em princípio, pelas condições de umidade que geralmente apresentam nossos solos. Ela gera inúmeros riscos relacionados a



infiltrações e infestações de térmitas. Além disso, a manutenção e os custos de condicionamento de ar são muito elevados quando há excessiva umidade (CONARQ, 2000, p. 6).

As possibilidades de perdas no acervo decorrente da água são inúmeras, por isso é importante a capacitação dos profissionais responsáveis por acervos documentais em relação aos riscos derivados de precipitações abundantes. As instituições precisam construir seus próprios Planos de Gerenciamento de Risco, que abarquem todo o processo de identificação, avaliação, administração e controle dos riscos a que estão suscetíveis. Ainda assim, ressalta-se a necessidade de definição de ações de resposta aos riscos.

Quando os riscos se concretizam e a instituição passa a executar as medidas corretivas previstas, diz-se que está operando em modo de contingência, até que suas atividades retornem à normalidade. Durante o período de contingência diversos desafios podem surgir, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e humanos, o que reforça a importância de um plano de ação (mais conhecido como plano de contingência) bem estruturado.

A UFSM determinou na sua Política de Gestão de Riscos (2020, p. 6) em seu art. 7º a possibilidade de seus setores administrativos formularem planos próprios para a contingência e resposta aos riscos. O Departamento de Arquivo Geral formalizou esta iniciativa com a subseção “5 - Plano de Avaliação e Gestão de Riscos” do PGDoc, que, além da identificação e avaliação dos riscos, complementa com a indicação de algumas medidas de prevenção e resposta ao risco. Essas medidas apresentadas pelo DAG são bastante amplas, e no caso do risco de catástrofes naturais/humanas indicam ações futuras a serem desenvolvidas para responder ao risco identificado.

Após a inundação no acervo da UFSM, com a experiência do tratamento arquivístico de recuperação do acervo, o DAG, em conjunto com o Arquivo Nacional e com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, produziu materiais com orientações destinadas às instituições arquivísticas. Até o momento, a parceria resultou em duas publicações: “Guia Rápido para o resgate de acervos danificados por água” e “Ações Iniciais para salvaguarda de arquivos após ocorrência de desastre natural por inundação”.

O DAG também já elaborou algumas publicações próprias com a experiência vivenciada, que são: o “Guia de instalação de área de secagem de acervos danificados pela água” e “Resgate documental: guia de recuperação de acervos danificados pela água”. A publicação dessas operações



realizadas pelo DAG provoca novas discussões na base de conhecimento sobre a recuperação de documentos danificados pela água.

Além destas publicações pós-inundação, cabe destacar que o Arquivo Nacional já havia publicado em 2012 as “Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água”, nas quais são apresentadas orientações para os casos de danos causados pela água. Coincidentemente, no mesmo ano da inundação no DAG, em 2024, o Conselho Internacional de Arquivos (*International Council of Archives - ICA*) publicou o *Emergency Management and disaster preparedness: a manual for protecting archives*, de autoria de Margaret Crockett e Emilie Gagnet Leumas. A publicação já possui versão traduzida para o português brasileiro, o que se configura como uma excelente ferramenta para auxiliar as instituições na construção de planos de gerenciamento de riscos. Seu desenvolvimento é voltado para os documentos arquivísticos, tratando desde a prevenção até as medidas de resposta a incidência de riscos ocorridos diante de desastres.

O Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico é a versão com tradução da publicação, feita em 2017, do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*. O estudo contempla conceitos em relação à gestão de riscos, com foco sobre bens culturais, mais especificamente em acervos museológicos. Um diferencial deste guia são as metodologias incluídas para as etapas de identificação e análise dos riscos. O conceito dos “3 ‘tipos’ de ocorrência de riscos” pode ser utilizado na identificação dos riscos, com a divisão entre “Eventos raros; Eventos comuns e Processos cumulativos”. Para a análise dos riscos é apresentado o método Escalas ABC “Esta ferramenta foi desenvolvida com a finalidade específica de nos auxiliar a calcular, comparar e comunicar a magnitude de riscos para os bens culturais” (ICCROM, 2017, p. 66). Ainda que o estudo seja voltado para acervos museológicos, os conceitos e as metodologias podem também ser proveitosos para a área da arquivologia.

Outra publicação que contribui para a produção de diretrizes para o gerenciamento de riscos é a norma ISO 3100:2018 “Gestão de Risco – Diretrizes” publicada em 2018 no idioma português brasileiro pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta normativa não foi desenvolvida com o foco em instituições detentoras de acervos documentais, mas serve como um guia de padrão internacional para o gerenciamento de riscos.



A Biblioteca Nacional do Brasil (BN), publicou em 2010 o “Plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda & emergências”, da autoria de José Luiz Pedersoli Jr. e Jayme Spinelli. Neste documento, os autores apresentam os “10 agentes de deterioração”³, entendidos como condições que levam a possível deterioração em acervos. Entre os agentes, os autores identificam a “água”, que além de causar diversos danos, pode decorrer de vários mecanismos. Segundo os autores,

A interação da água com as coleções e outros elementos patrimoniais pode causar, dependendo da composição dos mesmos, desintegração, deformação, dissolução, manchas, mofo, enfraquecimento, eflorescência e corrosão. Há inúmeras fontes de água (internas e externas ao edifício, naturais e tecnológicas) e diferentes mecanismos pelos quais ela pode atingir as coleções (infiltrações, vazamentos, inundações, respingos, ascensão por capilaridade, etc.). Os riscos podem ser pontuais ou em grande escala. [...]. (Spinelli; Pedersoli, 2011, p. 19)

Existe, ainda, a possibilidade de interação entre esses agentes de deterioração. Por exemplo, no caso do DAG, além do agente água, também pode-se indicar a ação dos agentes forças físicas, pragas, dissociação, etc. Cassares (2000, p. 13) alerta que “antes de citar os principais fatores de degradação, torna-se indispensável dizer que existe estreita relação entre eles, o que faz com que o processo de deterioração tome proporções devastadoras”. Assim, evidencia-se a importância do planejamento preventivo, com a delimitação de ações de prevenção e de resposta aos riscos.

A prática de ações de prevenção ao risco de inundação em arquivos é o procedimento para mitigar os danos. Enquanto essas ações de prevenção visam a redução de incidência dos riscos, as ações de resposta ao risco são voltadas para a definição de medidas a serem adotadas quando os riscos ocorrem.

Para o caso de inundação em acervos arquivísticos são possíveis algumas ações de prevenção. Segundo Spinelli e Pedersoli (2011, p. 58), a primeira é realizar manutenções constantes no sistema hidráulico, aparelhos de ar condicionado, redes de esgoto e de água, calhas, drenos e tubulações. O uso adequado de objetos que envolvam água, como torneira, descargas e bebedouros também auxilia em evitar o risco de inundação. As inundações com grande entrada de água podem decorrer de enchentes externas ao prédio, por isso não são recomendadas construções prediais que

³ Os 10 agentes de deterioração apontados pelos autores (Spinelli; Pedersoli, 2011) são: 1) Forças Físicas; 2) Criminosos; 3) Fogo; 4) Água; 5) Pragas; 6) Poluentes; 7) Luz e radiação UV e IR; 8) Temperatura incorreta; 9) Umidade relativa incorreta; 10) Dissociação.



facilitem a entrada de água, como a rampa de acesso ao subsolo, no caso do DAG. Outro recurso que pode auxiliar a reduzir o risco de inundação são as coberturas vegetais externas, uma vez que conseguem absorver melhor a água.

Para edifícios onde é facilitada a entrada de água, podem ser instaladas barreiras de contenção contra inundações, principalmente nas áreas mais próximas à área externa. Em regiões onde já exista um conhecimento sobre a tendência a elevada quantidade de chuva, é importante monitorar as previsões climáticas, e ainda, em dias previstos de grande precipitação sempre monitorar o nível de água na área externa ao prédio.

A capacitação de todos os funcionários das instituições também é entendida como uma maneira de prevenção, não apenas ao risco de inundação, mas para todos os riscos identificados. Dentre os recursos humanos é possível constituir equipes voltadas para o gerenciamento de risco, com atividades de monitoramento dos recursos para prevenção. Quando uma inundação acontece, as instituições já devem dispor de locais seguros para transferir seu acervo, como foi o caso da UFSM, ao levar seu acervo para o TRANSDOC.

Os riscos identificados devem estar presentes nos Planos de Gerenciamento de Riscos, assim como as ações de resposta aos riscos (plano de contingência). O Arquivo Nacional (2024b, p. 6) orienta que entre as ações para responder ao risco de inundação em acervos, é necessário comunicar à instituição arquivística pública correspondente à esfera de competência. Em seguida, Spinelli e Pedersoli (2011, p.63) ressaltam que é de extrema importância desligar o fornecimento de energia elétrica e de gás para evitar acidentes fatais. O prédio deve ser isolado até que exista nível de segurança mínimo para adentrar.

Se a quantidade de água que invade o prédio for elevada, será necessário o uso de bombas elétricas para retirada, com a posterior desinfestação do local. O Arquivo Nacional (2024a, p. 3) informa que para a garantia de segurança, a entrada no local de pessoas só pode acontecer com uso de equipamento de proteção individual (EPIs), como óculos de proteção; máscaras descartáveis; luvas, macacão e galochas impermeáveis. Se o local afetado não dispuser de condições para a recuperação do acervo, ele deverá ser transferido para um novo local adequado. A partir da identificação visual, os documentos que apresentem indícios de contaminação deverão ser separados daqueles que não apresentam. As caixas podem ser descartadas, mas as etiquetas de identificação precisam ser mantidas para que não haja perdas no acervo (Arquivo Nacional, 2024b).



De acordo com o CONARQ (2012, p. 6) o controle dos documentos é essencial para manter o domínio da situação, nestes casos os instrumentos de pesquisa formulados para o acervo servirão como ferramentas de consulta. No ambiente de recuperação do acervo poderão ser usados ventiladores e aparelhos desumidificadores, contudo, os documentos não podem ser expostos à secagem direta ao sol.

O congelamento, como utilizado pelo DAG, é um recurso eficaz nos casos de grande quantidade de documentos atingidos, pois consegue estabilizar a proliferação de microrganismos. Entretanto, depende da disponibilidade financeira da instituição, pelo aumento de consumo de energia elétrica no mantimento do congelamento. A convocação de voluntários também pode ajudar nas atividades de recuperação, os quais precisam receber treinamento e EPIs (UFSM, 2024b).

A partir do momento da inundação é recomendável o registro de todo processo de recuperação. Nos registros devem ser feitas fotografias que retratam o fato, produção de relatórios sobre o andamento do processo, comunicação transparente das decisões tomadas, das pessoas envolvidas, etc. (UFSM, 2024b).

Este artigo não se propõe a analisar de forma minuciosa as ações de resposta ao risco de inundação em arquivos, mas, de maneira geral, indicar as principais ações de resposta, com base na literatura encontrada. O risco de inundação demanda diversas outras ações de resposta com maior aprofundamento, visando ao melhor preparo da instituição sobre como proceder diante de uma inundação. Ressalta-se que este aprofundamento deve estar presente no Plano de Gerenciamento de Riscos da instituição, para que esteja apta a tomar as decisões mais acertadas para a contenção dos danos provenientes de eventos negativos.

4 CONCLUSÕES

É evidente a importância de se repensar a orientação para o risco de inundação por enchente nos arquivos brasileiros. As mudanças climáticas globais apresentam um novo cenário mundial, que já afeta o Brasil, como observa-se na elevação do volume de chuvas no estado do RS. Este novo panorama gera inúmeros prejuízos à sociedade, inclusive quando atinge os documentos arquivísticos. A perda documental decorrente de inundações provocadas por grandes enchentes, impede que os cidadãos exerçam sua cidadania, por exemplo.



O caso de inundação no DAG serve como um alerta e um aprendizado. O contexto da inundação nas dependências do DAG em 2024 revela o caráter excepcional do caso, já que nunca antes ocorreu uma inundação, sobretudo dessa magnitude, de deixar submersa grande parte do acervo permanente e intermediário da UFSM. Além disso, reforça que o armazenamento de documentos de maneira contínua não deve se dar em nível abaixo do solo.

A UFSM possui uma Política de Gestão de Riscos consolidada, e ainda, desenvolveu uma publicação para guiar seus agentes na implementação dessa metodologia. O DAG, por sua vez, apresentou o Plano de avaliação e gestão de riscos, com levantamento de identificação, classificação e indicações de ações de resposta aos riscos.

O primeiro objetivo específico, foi alcançado, com base na ampla repercussão do caso em materiais veiculados em jornais e pelo DAG. O segundo objetivo específico, também foi atingido, demonstrando a existência de publicações normativas institucionais, bem como que o DAG também já havia iniciado a implementação do processo de gerenciamento de riscos antes da inundação. Por fim, o terceiro objetivo específico, também foi alcançado, indicando, de forma geral, as principais ações de prevenção e resposta ao risco de inundação por enchentes.

Assim, o objetivo geral do estudo foi alcançado, com a reflexão sobre o risco de inundação em arquivos, a partir do caso do DAG/UFSM, considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos e as medidas adotadas após o incidente. O resultado aponta para a necessidade de mudanças na classificação da probabilidade ocorrência de inundações, no momento em que o cenário do clima está em transformação.

Estas novas circunstâncias climáticas devem servir como um aviso a todos os arquivistas responsáveis por acervos documentais no imediato desenvolvimento do processo de gerenciamento de riscos. Para isso, torna-se necessário a produção de planos de gerenciamento de riscos, enquanto documentos resultantes de um estudo amplo da instituição. Essas publicações devem ser construídas a partir de cada realidade institucional, para que os riscos mais propícios recebam maior enfoque. A concepção dos planos de gerenciamento e de planos de contingência de riscos poderão garantir a redução de perda dos acervos, e também a preparação dos profissionais caso os riscos identificados tornem-se realidade. Um conhecimento prévio sobre as ações a serem tomadas diante dos riscos garantirá a tomada de decisões mais assertiva, o que também impacta



na recuperação dos acervos. Por essa razão, os planos de contingência de riscos mostram-se essenciais.

As orientações presentes na literatura da área sobre as ações preventivas e de resposta ao risco de inundação proveniente de enchentes em arquivos demonstram um consenso. Entre os documentos analisados verificou-se a existência de orientações, tanto de ações preventivas como de resposta ao risco de inundações em arquivos. As novas publicações, desde o início do processo de recuperação do acervo na UFSM, somam-se a estas indicações como um reforço substancial na construção do conhecimento sobre a temática.

Após a realização deste estudo, a sugestão indicada para o DAG da UFSM é que o processo de gerenciamento de riscos, incluindo o plano de contingência contendo os procedimentos de prevenção e resposta aos riscos, resulte em um documento próprio maior, em que conste de forma detalhada a identificação, análise, avaliação, administração, controle e tratamento dos riscos. Muito disso já foi elaborado de forma detalhada nas publicações do DAG após a enchente. Além disso, a expressão “catástrofes naturais/humanas” é bastante ampla para identificação de risco, o que na prática não particulariza quais eventos são estes, por isso, o ideal seria uma expressão que particularize tais eventos catastróficos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, DF: ANA, 2025. ISBN 978-65-88101-73-5. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/107692. Acesso em: 22 jun. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Ações iniciais para salvaguarda de arquivos após ocorrência de desastre natural por inundação**. [S. l.: s. n.], 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/instituicoes-publicam-documento-com-orientacoes-para-salvaguarda-de-arquivos-apos-inundacao/AesIniciaisparaSalvaguardadeArquivos_AN_09.05.2024.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Guia rápido para resgate de acervos danificados por água**. [S. l.: s. n.], 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/media/guiars-final_12-06.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 31000: gestão de riscos – diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BARTZ, Fabrine. Universidade congela 10 mil caixas de arquivos para recuperação após enchentes no RS. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 ago. 2024. Disponível em:



<https://www.jornaldocomercio.com/geral/2024/08/1168514-universidade-congela-10-mil-caixas-de-arquivos-para-recuperacao-apos-enchentes-no-rs.html>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRIGNOL, Marina. Um ano após as enchentes no RS: o trabalho de recuperação de arquivos realizado pelo DAG UFSM. **UFSM**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2025/05/08/um-ano-apos-as-enchentes-no-rs-o-trabalho-de-recuperacao-de-arquivos-realizado-pelo-dag-ufsm>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto como fazer, v. 5). Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

CHAGAS, Gustavo. Temporais no RS: em quatro dias, estado tem o triplo de chuvas, 13 mortes e alerta para mais inundações. **G1 RS**, Porto Alegre, 2 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/temporais-no-rs-em-quatro-dias-estado-tem-o-triplo-de-chuvas-10-mortes-e-alerta-para-mais-inundacoes.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/02/20152049/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Para-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Arquivos.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água**. Rio de Janeiro: CONARQ/CTPD, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

CROCKETT, Margaret; LEUMAS, Emilie **Gagnet. Manual de gestão de emergências e preparação para desastres**. Tradução de Fernando Alaniz Lenzi e Marianna Sales Duarte. Paris, França: ICA, 2024. Disponível em: <https://www.ica.org/es/resource/gestion-de-emergencias-y-preparacion-ante-catastrofes-manual-de-proteccion-de-archivos-de-margaret-crockett-y-emilie-gagnet-leumas/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MICHALSKI, Stefan; ANATOMARCHI, Catherine; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico**. Brasília: IBERMUSEUS, ICCROM, 2017. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

MOLINA, Leandro. Enchentes no Rio Grande do Sul escancararam a crise do clima. **COP30**, 6 maio 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/enchentes-no-rio-grande-do-sul-escancararam-a-crise-do-clima#:~:text=H%C3%A1%20um%20ano%2C%20chuvas%20extremas,urg%C3%A2ncia%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20global%20imediate>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**, Palácio Piratini, Porto Alegre, p. 4, 1 maio 2024. Disponível em: <https://diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980>. Acesso em: 13 maio 2025.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOUZA, Caroline. Brasão pintado a mão está entre os documentos alvos do arquivo da UFSM; trabalho de recuperação pode levar até cinco anos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 7 jun. 2024a. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/brasao_pintado_a_mao_esta_entre_os_documentos_salvos_do_arquivo_da_u fsm_trabalho_de_recuperacao_pode_levar_ate_cinco_anos.598696. Acesso em: 7 jun. 2025.

SOUZA, Caroline. Você sabe por que o arquivo da UFSM estava no subsolo?. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 8 jun. 2024b. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/voce_sabe_por_que_o_arquivo_da_u fsm_estava_no_subsolo_598708. Acesso em: 21 maio 2025.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergências**. ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/processamento-e-preservacao/diretorio-de-preservacao-pasta/arquivos/plano_gerenciamento_risco_fbn_port_23-05-12_web.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. DAG. **Guia de instalação de área de secagem de acervos danificados pela água**. Santa Maria: DAG/UFSM, 2024a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/07/GUIA-DE-INSTALACAO-DE-SALA-DE-SECAGEM-DE-ACERVOS-DANIFICADOS-PELA-AGUA.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. **Histórico**. [S. l.]: [s. n.], 2025a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/historico>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Departamento de Arquivo Geral. **Resgate documental: guia de recuperação de acervos danificados pela água**. Santa Maria: DAG/UFSM, 2024b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/400/2024/05/Guia-de-Recuperacao-de-Acervos-Danificados-pela-Agua-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Departamento de Arquivo Geral. **Sobre o DAG**. [S. l.]: [s. n.], 2025b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/sobre-o-dag>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia de aplicação da metodologia de gestão de riscos**. Santa Maria: [s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2022/10/Minuta-do-Guia-de-Applicacao-VR1.pdf>. Acesso em: 8 de jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Institucional**. [S. l.]: [s. n.], 2025c. Disponível em: <https://www.ufsm.br/institucional>. Acesso em: 13 maio de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de gestão de documentos e arquivos**. Santa Maria: PGDoc/UFSM, 2023. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&id=14875827&download=false>. Acesso em: 8 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução nº 016/06. Aprova a reestruturação de Divisão de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências. **Portal de Documentos**, 26 dez. 2006. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=4391592>. Acesso em: 1 jun. 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução UFSM n. 034, de 30 de novembro de 2020. Aprova a Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Portal de Documentos**, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-034-2020>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

